

“ECOFEMINISMOS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁXIS INTERSECCIONAIS” (2019)

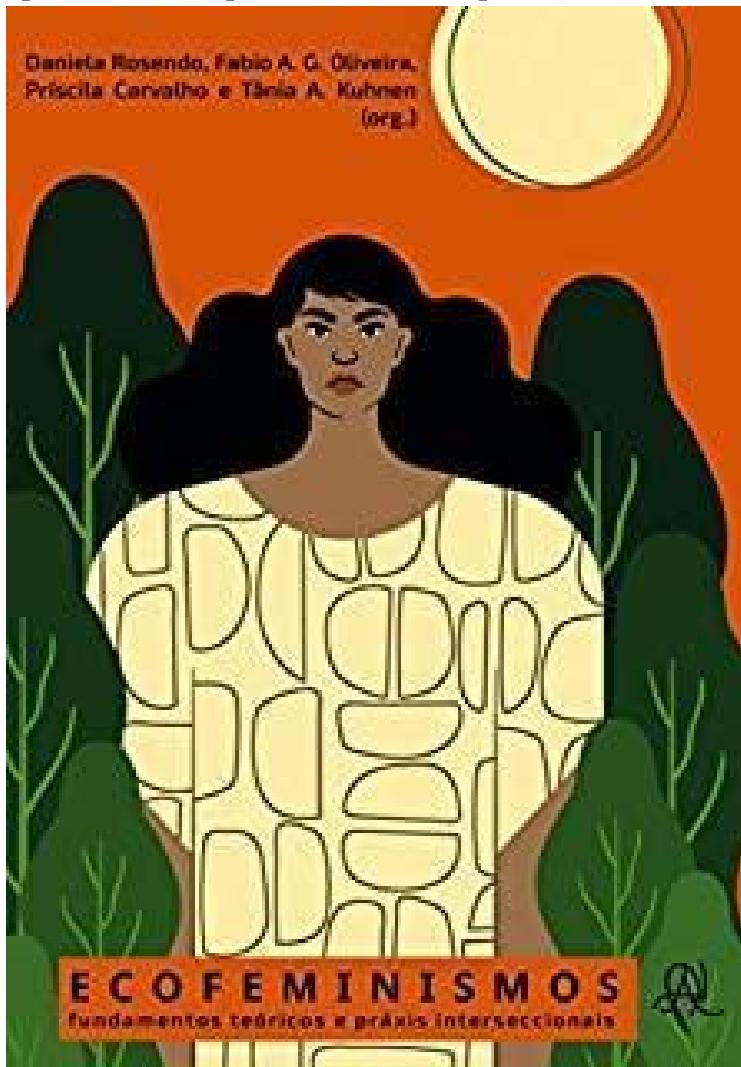
ROSENDO, Daniela; Oliveira, Fabio A. G.; Carvalho, Priscila; Kuhnen, Tânia (org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

Amanda Gomes Dourado¹

<http://lattes.cnpq.br/1468205987027782>

<https://orcid.org/0000-0003-3799-6748>

A obra “Ecofeminismo: Fundamentos teóricos e práxis interseccionais”, publicada pela editora Ape’ku em 2019, apresenta as diversas vozes do Ecofeminismo, não como



uma fonte uníssona, mas pautada na diversidade de perspectivas e na singularidade de cada comunidade e de cada ser vivo.

O prólogo da obra foi escrito pela feminista e cozinheira vegana Sandra Guimarães, que detalha sua trajetória na defesa dos direitos dos seres humanos e não humanos. Isto é, conta inicialmente uma experiência pessoal que fala sobre a opressão humana e sua afetação na vida dos seres não humanos e como a colonização e exploração de terras afeta a todos, em suas palavras: “não há como separar o debate da emancipação humana do debate da emancipação animal e do meio-ambiente” (GUIMARÃES, 2019, p. 14).

A divisão desta obra é feita em duas partes: fundamentos teóricos do ecofeminismo e práxis ecofeministas interseccionais. Na primeira parte, autores como: Marti Khell, Alicia H. Puleo, Angelica Velasco Sesma, Mayara Corrobrez e Patrícia Lessa e, em escrevendo

em coautoria, Daniela Rosendo e Ilze Zirbel. Posteriormente, na segunda parte, temos: Daniel Kirjner, Janine Sattler, Maria Clara Dias, Suane Soares e Letícia Gonçalves e

¹ Acadêmica de Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Amapá e Pesquisadora de Ecofeminismo e Decolonialidade, sob orientação da professora Doutora Dilnéia R. Tavares do Couto. E-mail: amandadourado3@gmail.com.

Maria da Graça Costa. Vale salientar, que são poucas as obras em português que pontuam as origens e os entrelaçamentos do ecofeminismo.

A primeira parte, apresenta os fundamentos que, ao longo da história, foram importantes para justificar o Ecofeminismo na luta pelo fim da opressão e a forma esse projeto se desenvolve com vistas a abrir espaço para sua existência. Na segunda parte, o campo da práxis é ressaltado, na medida em que são as relações propostas pelo ecofeminismo e suas diferentes perspectivas.

Desse modo, a obra carrega em cada capítulo o propósito de ressignificar o laço existente entre a natureza e a mulher, entre a produção e reprodução de animais com foco no consumo, bem como a exploração do corpo feminino. Isto é, uma ética que não se compromete apenas com o combate de uma única forma de dominação, mas que se estabelece como busca incessante por emancipação para humanos e não humanos.

Na primeira parte, “Os Fundamentos Teóricos do Ecofeminismo”, conta com cinco artigos. O primeiro deles, trata-se de capítulo introdutório à obra, tem como título “A contribuição do ecofeminismo para a ética animal”, de Marti Kheel e traduzido para o Português por Daniela Rosendo. Este texto se apresenta como uma autoanálise do caminho que traçou até chegar ao ecofeminismo. Nele, a autora se propõe a abordar a ética animal não apenas como um campo teórico sustentado exclusivamente em direitos e deveres vinculados à causa animal, como defendido por Peter Singer e Tom Regan. Acrescenta-se a isso uma filosofia teórica e com correspondência na prática que escancara para o mundo o vínculo existente entre a desvalorização da natureza e da mulher, ambas usadas para reforçar a posição de domínio do homem sobre a mulher e também a natureza. Reconhecendo na ética do cuidado ecofeminista uma concepção que, de fato, visa à regeneração da natureza, seja ela externa ou interna.

O segundo capítulo “Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocéntrica” de Alicia H. Puleo, retrata os impactos e a farsa da globalização, como um projeto baseado no desenvolvimento, levando a sociedade a vê-lo desde uma perspectiva unilateralmente positiva. Puleo evidencia que todas as conquistas são fontes de questionamentos que levam para novas lutas, como a luta pela abolição da escravatura abriu espaço para que as mulheres exergassem sua inferiorização, acrescentando-se também que, para muitos dos filósofos tradicionais, as mulheres eram vistas como incapazes de se autorregular ou de promover debates morais importantes para a sociedade. Neste cenário, a autora apresenta uma proposta de um ecofeminismo crítico, identificando promessas do iluminismo que não foram cumpridas, especialmente acerca da liberdade e igualdade. Além disso, relaciona o processo de globalização ao processo androcêntrico como o ponto chave para a perpetuação da dominação e da bipolarização dos papéis sociais envolvendo o homem e a mulher, a razão e a emoção, acreditando que os combates às diversas formas de agressão deixariam de existir com esforço de partes envolvidas, um esforço mútuo entre os seres humanos para a proteção de todos os seres humanos e não humanos.

O terceiro capítulo escrito por Angélica Velascos Sesma, “De la lógica de la dominación al respeto y la empatía: hacia una relación ecofeminista con los animales y la naturaleza”, traz ao leitor uma preocupação acerca das relações e do alcance da paz. Para a autora, a paz é o estado no qual todos os indivíduos humanos ou não humanos sejam dignos de respeito e empatia. Outro ponto é a violência caracterizada como estrutural e cultural, acarretando em situações de injustiça e coação, pois a dominação se funde na opressão que socializam seus indivíduos pelo medo, pela sexualização dos corpos e objetificação dos seres.

O quarto capítulo intitulado “Por um ecofeminismo animalista: contribuições de Carol Adams e Greta Gaard”, escrito por Mayara Carrobrez e Patrícia Lessa, tratado debate o ecofeminismo plural de Greta Gaard e da relação cultural do ato do consumo de carne com a exploração do corpo feminino descrito por Carol Adams. As abordagens das autoras apresentam os principais debates feministas que se caracterizam em criticar a dualidade, que coloca a mulher e a natureza em uma posição inferior quando comparada ao homem e à cultura, criando uma conexão entre as opressões sofridas pelas mulheres e os seres não humanos. Segundo Carrobez e Lessa, para Greta Gaard, os sistemas de opressão se reforçam mutuamente e parte significativa desse reforço vem das religiões, ao enxergarem a natureza como um recurso exclusivo para o consumo humano e a vida humana mais importante do que a vida animal. Já sobre Carol Adams, as autoras destacam a ideia por ela defendida de que o ato de comer carne é legitimado pelo patriarcado. Isto é, a separação da vida com o ato de comer carne torna o animal morto um referencial ausente, a mercadoria é apenas mercadoria não importando o que ela foi antes.

O quinto capítulo, de Daniela Rozendo e Ilze Zirbel, “Dominação e sofrimento: Um olhar ecofeminista animalista a partir da vulnerabilidade”, propõe uma análise da dominação pela ótica da vulnerabilidade. A vulnerabilidade é vista como algo não fixo, que surge após a hierarquização da sociedade, podendo ser identificada como: ontológica, social, inerente, situacional e patogênica. Isto é, para as autoras, a negação da vulnerabilidade impede a identificação da opressão e da violência, pois resulta na perpetuação e no reforço dessas violações. Desse modo, a dominação toma espaço da rejeição da vulnerabilidade para não ser questionada, produzindo, assim, mais sofrimento. Ao abordar que as teorias do cuidado contribuem para a superação da opressão, as autoras, também criam uma interconexão entre a corrente ecofeminista e a superação da dominação a partir da perspectiva da vulnerabilidade.

A segunda parte da obra, intitulada “As Práxis Ecofeministas Interseccionais”, dirige os olhares para a epistemologia ecofeminista e suas interrelações frente aos diversos diálogos propostos sob a forma de artigos.

O sexto capítulo, escrito por Daniel Kirjner, tem como título “A inserção do ecofeminismo no contexto acadêmico brasileiro”, começa informando que seus objetos para análise do ecofeminismo foram as revistas: “Estudo Feministas” e a “Cadernos Pagu” nos anos de 1992 a 2015, com textos apenas de escritores brasileiros. Um dos principais pontos abordado é a relação entre a academia e os movimentos sociais de mulheres, bem como a influência dos movimentos de mulheres estrangeiros nas lutas brasileiras. Nesta linha de análise, o autor pontua que o projeto acadêmico brasileiro passou por diversas mudanças, possibilitando uma perspectiva diferente para as questões sociais. Além disso as análises das experiências das mulheres passaram a direcionar a história da discussão de gênero no país. Isto é, um país que ainda carrega os efeitos da decolonialidade, do mesmo modo que reifica os seres humanos e não humanos, com apagamento de suas próprias histórias e levando as mulheres negras a serem privadas de falar sobre as suas vivências ao serem desumanizadas. Consequentemente, tornam-se os debates trazidos pelos movimentos sociais atuais cada vez mais distantes dos debates ditos “universalistas” da realidade estrangeira.

Já no sétimo capítulo escrito por Janyne Sattler, “Um projeto para a complexidade da vida”, é reforçada a ideia de como as políticas de eliminação são reafirmadas pela tradição epistemológica, tornando legítimo apenas o que passa pelo cânones do que foi definido como científico. Em razão disso, sustenta que abrir espaço para a legitimação

desejada pela tradição seria a manutenção de uma epistemologia discriminatória, que enfatiza o racional como vinculado ao homem que, por sua vez, é visto sempre superior a todos os outros seres. A partir dessa chave de leitura, Sattler propõe uma filosofia com outro olhar que permita uma revisão da sua própria história e que seja pautada na biodiversidade e na universalidade.

No oitavo capítulo temos o texto de Maria Clara Dias, Suane Soares e Letícia Gonçalves: “A perspectiva dos funcionamentos: Entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade”, introduz o debate com diversas questões teóricas apresentadas pelos movimentos sociais que se relacionam com o desafio da formação de um mundo mais justo. Um arcabouço de questões que as leva a sustentar a tese de que a união do feminismo e da decolonialidade é parte do processo de questionamento das violações já existentes, da construção social desenvolvida após o processo de colonização dos espaços e objetificação do corpo feminino, além do racismo e do especismo possibilitando, com isso, questionar epistemologias universalistas que ignoram as diversas percepções e vivências. Ao passo que o ecofeminismo, atrelado aos movimentos sociais desde uma corrente decolonial, visa à superação dos danos causados pela exploração da natureza, o que, segundo as autoras, não existiria sem a exploração e colonização dos povos, bem como pela homogeneização de experiências. Isto é, elas tentam mostram a correlação que há entre os dois âmbitos e a relevância de assumir o projeto de uma perspectiva que os articule.

O nono e último capítulo da obra, escrito por Maria da Graça Costa foi intitulado “Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais” é focado no movimento agroecológico e suas políticas na tentativa de entrelaçar as lutas agroecológicas com a epistemologia ecofeminista e o pensamento descolonial. A autora utiliza como base teórica para seu texto a autora Vandana Shiva, Maria Mies, entre outros, que discutem o desenvolvimento da sociedade e da ciência e suas formas de reificação dos sujeitos humanos e não humanos, tratando da subordinação imposta às mulheres e a natureza. No que se refere a descolonialidade ou ao processo de colonização, Maria das Graças Costa se apoia nos textos de Djamila Ribeiro, Aníbal Quijano e María Lugones para abordar a subalternização dos discursos proferidos pelas mulheres latinas. Bem como, retornar ao conceito inicial de ecofeminismo proposto por D’Eaubonne para abranger as propostas de uma agroecologia disposta a ressignificar tradições e ampliar saberes.

A obra apresenta textos relacionados e, assim, em cada capítulo retrata a perspectiva de cada autor/autora sobre as possíveis inter-relações do ecofeminismo, seja no âmbito acadêmico, nos movimentos sociais ou nas próprias interações sociais em comunidade. Com isso, buscando possibilitar ao leitor observar as demandas ecofeministas em suas próprias realidades, ao passo que descontina que a opressão é resultado de todo o processo de colonização presente em nossa sociedade, em particular nos países latinos americanos.

Além disso, para grande parte dos autores do livro, o meio ambiente é o espaço do qual dependemos e que ao longo do tempo foi colocado em uma condição desvalorizada e inferiorizada tornando-se um dos focos principais de defesa na luta pelo fim da dominação masculina por espaços e seres. Tendo em vista que as dominações e a exploração dos seres humanos e não humanos foram parte de processos produzidos social e historicamente, iniciados com a tentativa de apropriação de riqueza e com a hierarquização dos poderes, com terras tomadas e seus habitantes violentamente silenciados. Por isso, vale ressaltar que as consequências dos processos de colonização

ainda fazem partes das lutas dos movimentos sociais e ecofeministas, na tentativa de dar vozes para aqueles que foram por anos silenciados e oprimidos em seus espaços.

Desse modo, o ecofeminismo parte de diferentes perspectivas do cuidado, desde a ótica da ética animal até a agroecologia, como bem retrata a obra objeto deste texto, mas o que engloba todas as suas formas é a defesa incessante pelo fim das diversas formas de opressão e o vínculo entre as mulheres e a natureza neste processo. Para isso, cabe esclarecer que apesar dos processos de dominação estão relacionados, fazendo parte de uma única forma de explorar o outro para benefício próprio, visto que as explorações de terras, o racismo, o machismo e o especismo mantêm relações de reforço mútuo. O Ecofeminismo ou Ecofeminismos é/são parte de uma luta única que abrange toda e qualquer forma de exploração, cabendo fazer interseções sem estabelecer hierarquias entre as demandas e as lutas sociais.